

60 ANOS DO GOLPE MILITAR



“Acho que Lula está certo”

Preso e torturado na ditadura, Frei Chico, irmão do presidente, endossa postura do petista de proibir atos oficiais sobre 1964

» EVANDRO ÉBOLI

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar atos e manifestações oficiais do governo para lembrar os 60 anos do golpe militar tem apoio dentro de casa, na família dele. O seu irmão José Ferreira da Silva, que foi preso e torturado na ditadura, endossa a postura do chefe do Executivo e, mesmo tendo sido alvo das violações do regime, compreende a postura do petista.

Para Frei Chico, como é conhecido — ainda que não seja um religioso —, a medida adotada por Lula visa “preservar o governo” e não significa que o presidente esteja “radicalizando”. Ele garantiu que não trairia o assunto com o irmão.

“Acho que Lula está certo em proibir esses atos, para que não aconteçam a partir e por iniciativa de sua equipe. Não entendo qual foi o motivo, mas acho que agiu correto, dentro da possibilidade de preservar o governo. Foi pensando nisso”, argumentou Frei Chico, ao *Correio*.

Ele entende que Lula, mesmo sem se manifestar, apoia os eventos que estão programados por entidades. “A mensagem do Lula é que ele não vai liderar essa agenda, mas que está liberado que façam. Deixa os outros mexerem com isso, como estamos vendo a sociedade civil e outros atores. Ele está dando essa força para as entidades, assim vejo. Claro que ele não pode falar isso abertamente”, afirmou.

O irmão de Lula foi preso em meados dos anos 1970 pelos agentes da repressão. Ele conta que ficou detido de dois a três meses, e trata sua prisão como um “sequestro”.

Na oposição ao regime, ele atuou no clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), o “Partidão”. Era, até então, o mais politizado dos irmãos. Foi Frei Chico quem levou Lula, em 1969, para a direção do sindicato dos metalúrgicos. “Foi uma luta. Ele não queria”, relatou.

Frei Chico é anistiado político

Evandro Éboli/CB/DAPress



Frei Chico atuou no clandestino PCB na ditadura. Ele entende que Lula, mesmo sem se manifestar, apoia atos programados por entidades

Discursos duros

Frei Chico conta que foi “batizado” com essa alcunha por fazer discursos duros no sindicato que atuava. Quando foi preso, seu advogado de defesa, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), precisou provar ao delegado que Frei Chico não era “codinome” — comum entre guerrilheiros que enfrentaram a ditadura —, mas, sim, apelido.

e recebe uma prestação mensal por ter sido perseguido naquela época. A prisão o afastou da vice-presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul (SP).

“Não entendo qual foi o motivo, mas acho que agiu correto, dentro da possibilidade de preservar o governo. Foi pensando nisso”

Frei Chico, anistiado político

Lula também foi preso na ditadura, poucos dias, e também é anistiado. Ele recebe uma aposentadoria de cerca de R\$ 10 mil por essa perseguição. Mas o presidente não é afeito

ao tema ditadura. Nunca foi. A declaração de que 1964 deve ser esquecido e que não pretende “remoer” o que ocorreu nos anos de chumbo não surpreende. Em 2010, por exemplo, ficou do lado de seu então ministro da Defesa, Nelson Jobim, que, em nome dos militares, não gostou de ver o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, incluir no seu plano o entendimento de que a Lei de Anistia não veda punição de torturadores. Lula argumentou que esse assunto é da Justiça, não do governo.

Conforme lembrou Frei Chico, o regime militar atuou fortemente na perseguição aos opositores e impôs na violência a sua presença no poder. Ele disse que Lula é, sim, a favor da punição dos que cometeram

esses crimes.

“A questão é que muito tempo se passou e muita gente já morreu, diferentemente do que ocorreu nesse 8 de janeiro de 2023. Estão todos aí e sendo punidos. E o Lula quer a punição a todos”, ressaltou.

Ele tem suas opiniões sobre o governo. Acha um erro, por exemplo, o presidente ter optado por levar Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF), removendo-o do Ministério da Justiça. Entende que Dino é um nome forte no enfrentamento político com os bolsonaristas.

“O Dino tinha que continuar no governo, no ministério. É um grande quadro para enfrentar e derrubar esses adversários, como esse pessoal do Bolsonaro. Foi um erro”, sustentou.

Mourão elogia anos de chumbo

» LUANA PATRIOLINO

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) exaltou, ontem, os 60 anos do golpe militar. Por meio das redes sociais, afirmou que “a nação se salvou a si mesma [sic]”. Essa não é a primeira vez que o ex-vice-presidente da República defende o período da ditadura. No ano passado, ele se referiu à data como “revolução de 31 de março”.

“A história não se apaga nem se reescreve, em 31 de março de 1964, a nação se salvou a si mesma!”, postou o congressista.

No ano passado, Mourão se referiu ao golpe como uma “revolução democrática”. À época, elogiou a ditadura e afirmou que houve avanços no país com os militares.

“De uma contingência engendrada pela história, que foi a intervenção no processo político em 31 de março de 1964 para conter a subversão armada, a violação da soberania nacional, a anarquia institucional, a eclosão da guerra civil e o caos social, as Forças Armadas sustentaram, com o apoio da sociedade e a participação de algumas das melhores inteligências do país, um regime que empreendeu as maiores reformas de sua história”, frisou, em 2023.

Segundo o parlamentar, é “impossível” não encontrar indícios de que as “reformas” empreendidas no período “dinamizaram” a sociedade e “fortaleceram a democracia brasileira”.

“A revolução que se iniciou por causa de um problema militar, a indisciplina e a subversão nos quartéis, terminou com a grande contribuição militar para a estabilidade política do país: a despolíticação das Forças Armadas, a estruturação de sua doutrina de preparo e emprego e a profissionalização dos seus quadros”, afirmou, naquele ano.

Durante o governo anterior, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) determinou que o Ministério da Defesa comemorasse a data. Na atual gestão, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as Forças Armadas não se manifestaram.

Clube Militar

General da reserva do Exército brasileiro, Mourão presidiu o Clube Militar em 2018. Fundada em 1887, a associação reúne altos oficiais das Forças Armadas, divulgando anualmente uma nota em defesa ao golpe de 1964.

No texto deste ano, a instituição elogiou a atuação do general presidente Humberto Castello Branco e de seus sucessores após “as Forças Armadas empreenderam o Movimento Cívico-Militar de 31 de Março”.

Setores das Forças Armadas costumam justificar o que chamam de “Revolução de 1964” como um freio a supostas ameaças de um iminente golpe comunista no Brasil naquela época. A versão não é amparada por fatos.

Movimentos contrários ao golpe de 1964 costumam usar o 1º de abril para marcar o aniversário do evento, enquanto que aqueles favoráveis ao movimento usam o 31 de março.

Historiadores avaliam que a disputa pela data é sobretudo política, com opositores ao golpe buscando vinculá-lo ao Dia da Mentira e defensores tentando refutar esse rótulo. Na prática, porém, a ação que depois o então presidente João Goulart começou em 31 de março e terminou na madrugada de 2 de abril.

Censura, tortura e assassinato de opositores ao regime militar marcaram a ditadura brasileira. Depois de 60 anos do golpe, familiares de vítimas do Estado ainda buscam respostas sobre o desaparecimento de seus entes queridos. (Com Agência Estado)

Ministros e parlamentares repudiam ditadura

» ÂNDREA MALCHER

Clarice Castro/MDHC



“Por que ditadura nunca mais? Porque queremos um país soberano, que não se curve a interesses opostos aos do povo brasileiro. Porque queremos um país institucional e culturalmente democrático. Porque queremos um país em que a verdade e a justiça prevaleçam sobre a mentira e a violência. Porque queremos um país livre da tortura e do autoritarismo. Porque queremos um país sem milícias e grupos de extermínio”, frisou.

Quem também se posicionou foi o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta. Ele pontuou que a “esperança e a coragem derrotaram o ódio, a intolerância e o autoritarismo”. “Defender a democracia é um desafio que se renova todos os dias”, frisou.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, homenageou a ex-presidente Dilma Rousseff, que ficou presa por três anos durante a ditadura. “Democracia sempre. Minha homenagem nesta

Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos

data é na pessoa de uma mulher que consagrou sua vida à defesa da democracia, Dilma Rousseff. Que a luz da democracia prevaleça, sempre”, declarou.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, homenageou os que foram presos, torturados “ou que tiveram seus filhos desaparecidos e mortos na ditadura”. “Que o golpe instalado há exatos 60 anos nunca mais volte a acontecer e não seja jamais esquecido.”

Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara afirmou que “a luta sempre foi uma constante para os povos indígenas, mas, há 60 anos, o golpe dava início a um dos períodos mais duros do nosso país”.

“A ditadura promoveu um genocídio dos nossos povos e também de nossa cultura. Precisamos refletir sobre um processo de reparação do Estado também em relação ao que aconteceu contra os nossos povos nesse período”, destacou. “Através do Ministério dos Povos Indígenas, já promovemos espaços para pensar sobre uma Comissão Nacional Indígena da Verdade. Esse é um debate necessário para o conjunto da sociedade. Só avançamos com o fortalecimento da democracia e da Justiça.”

Deputada e presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR) destacou a criação do partido, em 1980, motivada pela “defesa da democracia

» Procuradoria se manifesta

“Um dos maiores erros de nossa história.” Assim a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão se pronunciou ontem, sobre os 60 anos do golpe militar. “Homicídios, torturas, estupro, sequestros, ocultações de cadáver e abusos de autoridade”, segue a nota, ao dar o tom das perseguições que marcaram a ditadura. A Procuradoria dos Direitos do Cidadão concentra iniciativas do Ministério Público Federal contra violações de direitos humanos, inclusive ações de reparação pelos anos de chumbo.

e dos direitos do povo”.

Líderes governistas no Congresso também falaram sobre os 60 anos do golpe militar. O deputado José Guimarães (PT-CE) disse ser “crucial lembrar daqueles que sofreram e resistiram durante esse período”.

Já o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, relembrou frase de Ulysses Guimarães de que “traidor da Constituição é traidor da pátria”. “Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério”, reproduziu.